

ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES COPLEXAS

Sessão 2: Antropologia da Política e do Estado

O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COMO FUNÇÃO PARLAMENTAR

Caroline Mendes dos Santos⁶² – UFSCar
carolinemdossantos@gmail.com
Fomento: FAPESP

Esta proposta de trabalho é uma tentativa preliminar de fazer uma análise antropológica sobre a atividade parlamentar. Os primeiros dados analisados foram obtidos por meio do acompanhamento do cotidiano do trabalho de um vereador dentro do gabinete e da Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. A atuação de um vereador é entendida como a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do poder executivo e legislação do município através da elaboração de emendas às leis orgânica, complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre materiais de competência do município. Nota-se que a ciência política brasileira centrou suas análises nos estudos legislativos referentes a essas funções e a organização interna das Câmaras Legislativas, privilegiando a escolha racional e o (neo) institucionalismo como método de análise. Minha pesquisa, no entanto, inspirada pelos trabalhos da antropologia da política propõe uma análise centrada no ponto de vista parlamentar sobre o que seriam suas funções como vereador destacando sua relação com o atendimento à população. Para o parlamentar, atender, cria vínculos com a população, no entanto isso não influencia na decisão do voto de quem pede ajuda, portanto este não é o motivo que lhe faz atender. O parlamentar frequentemente associa o atendimento à população como uma das funções de seu trabalho. Trata-se de uma *obrigação* e não de uma mera política distributivista que acredita na ideia de que os políticos atuam individualmente pensando apenas em sua reeleição. Este, portanto, é o foco da análise deste texto: pensar o atendimento à população como uma das funções parlamentares para um vereador.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo fazer uma análise da atividade parlamentar (Bezerra, 1999; Kuschnir 2000a, 2000b; Heredia 2002) pensada a partir das concepções de um vereador de um município médio do Estado de São Paulo. Os dados apresentados neste trabalho correspondem à pesquisa de campo realizada no gabinete e na Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. É nesses lugares que a política é percebida, pois as funções formais, quer dizer funções consideradas obrigatórias, acontecem. Mas não é e nunca foi minha intenção observar apenas às atividades parlamentares exclusivamente ligadas a legislação, mas sim aquelas funções consideradas importantes pelos intervenientes da minha pesquisa. Nos primeiros dados que já disponho observei e pretendo discutir ainda que tangencialmente o relacionamento do vereador com os demais parlamentares, assessores e secretarias municipais. Concentrando meus esforços principalmente na relação que se estabelece entre o vereador e a *população*⁶³.

⁶² Graduação em andamento em Ciências Sociais, com ênfase em antropologia.

⁶³ Na pesquisa produzida por Kuschnir (2000a) na linguagem dos vereadores *população* e *eleitores* são sinônimos. No caso estudado o segundo termo não é enunciado. Por esta razão usarei este e outros termos dos intervenientes de minha pesquisa em itálico.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

R⁶⁴ concorreu ao cargo de vereador em três oportunidades. Em 2000 e 2004 ficou bem distante dos mais votados do partido. Foi apenas em 2012 na terceira tentativa que ele conseguiu se tornar vereador obtendo a quarta melhor votação do PT naquele pleito. Para o vereador tal resultado decorre do seu histórico de vida nos distritos do município e nos trabalhos anteriores prestados no serviço público e privado. Por exemplo, o último emprego que teve antes de *estar vereador* foi no cargo de diretor administrativo e financeiro da Secretaria de Educação. Essa função permitiu-lhe um contato mais próximo com setores da educação municipal, isto é professores, diretores, merendeiras e serventes da *rede* municipal de ensino. Para ele a campanha de 2012 com o slogan “Compromisso com a educação” atraiu essas pessoas, o que lhe permitiu uma votação expressiva já que a *rede* municipal de ensino conta com um grande número de servidores. Já em relação aos distritos do município, é interessante notar que embora não tenha feito campanha específica neles o vereador obteve concentração de votos nessas duas localidades. Para ele além do fato de ter nascido em um deles, o que pesou na decisão das pessoas foi à educação, por isso não dá para dissociar uma coisa da outra. Mesmo assim, o vereador compreende que não pode seguir apenas a *bandeira* da educação, pois sabe que os distritos têm demandas próprias e que o mandato tem que colaborar com elas.

Do resultado oficial das eleições em outubro até o início do trabalho parlamentar (15 de Janeiro) há acontecimentos importantes como a diplomação, à posse em 1º de janeiro, o sorteio dos gabinetes e a oficialização dos assessores. É apenas depois desse período que as maiores dificuldades, os desafios e os fatos aparecem. Enquanto os vereadores que não estão em seu primeiro mandato demonstram nas sessões firmeza, os novatos são mais tímidos e receosos em suas falas. No caso de R uma das maiores dificuldades encontradas no primeiro ano de mandato, não diz respeito à falta de experiência. Fora casos isolados, o vereador já demonstrava vasta experiência em analisar processos (em razão ao cargo de diretor e ao curso de direito) além de entender o funcionamento da Câmara Legislativa, muito embora às vezes fosse necessária a leitura do Regimento Interno. O grande empecilho estava e está relacionada ao fato de ser oposição do Executivo. Algumas de suas funções como vereador são dificultadas tanto por esse poder quanto pelo próprio legislativo. É possível notar que estratégias foram desenvolvidas ao longo dos 16 meses no que se refere a seus *pares* e a prefeitura.

⁶⁴ Preservarei o nome de todos intervenientes de minha pesquisa.

E que a fiscalização, função possível sendo oposição vem lhe proporcionando um contato diferenciado com a população.

2. OBRIGAÇÕES PARLAMENTARES

As atribuições relacionadas ao trabalho de um parlamentar são as de fazer leis e fiscalizar e assessorar o Poder Executivo. Tais funções estão descritas na Lei Orgânica do Município, no Plano Diretor e Regimento Interno. Esse último é um importante instrumento para aqueles que querem compreender melhor o funcionamento da Câmara dos Vereadores e as formalidades existentes entre os parlamentares. É nelas que encontramos as funções da Câmara, da Mesa Diretora, das Comissões e por fim dos vereadores.

§ 1º - As funções legislativas consistem na elaboração de Emendas à Lei Orgânica do Município, de Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

§ 2º - As funções de fiscalização externa são exercidas com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, podendo haver contratação de Auditoria Independente [...].

§ 3º - A função de controle da Administração Pública implica a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ética político administrativas, bem como a tomada de medida saneadora que se fizer necessário.

§ 4º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante INDICAÇÕES.

§ 5º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estrutura e direção de seus serviços auxiliares.

§ 6º - A função julgadora ocorre na hipótese em que é necessário julgar o Prefeito e os Vereadores [...]⁶⁵.

Os vereadores também dispõem de outras proposições que lhes permitem fiscalizar, legislar e assessorar o executivo, tais como os requerimentos, as indicações e as moções (apelo, protesto, repúdio, apoio, pesar por falecimento e congratulações ou louvor)⁶⁶. Muitas dessas proposições interseccionam o parlamentar ao contato com a população, no trabalho de Bezerra (1999), por exemplo, encontramos na elaboração do orçamento anual o elo entre o mandato e às bases eleitorais, já na tese de Pinto (2013), percebemos que as homenagens (prerrogativa do trabalho legislativo) são usadas para manter uma proximidade com a população. Ou seja, vemos nessas duas etnografias que as funções formais estão interligadas a população, mais do que isso essas atribuições são usadas para que o contato com elas sejam mantidos.

⁶⁵ Trecho retirado do Regimento Interno da Câmara, Título I Da Câmara Municipal, Capítulo I Das Funções da Câmara, pp. 1. A palavra em caixa alta é do texto original.

⁶⁶ Essas proposições devem ser protocoladas e apresentadas nas sessões ordinárias que acontecem uma vez por semana.

Quando questionado sobre suas funções formais, o vereador na qual acompanho as atividades destacou aquilo que se encontra no Regimento Interno (e descrito acima) dando destaque ao atendimento à população considerada por ele uma *obrigação* “formal” embora não se encontre descrita em nenhum documento oficial dos órgãos estatais. No entanto, diferente das etnografias de Pinto (2013) e Bezerra (1999), observo, mas ainda de forma preliminar, que a função que mantém o vereador, que acompanho as atividades, em relação à população é a fiscalização e não a atribuição legislativa. É sobre isso que tratarei a seguir, qual a importância que o parlamentar atribui a suas funções formais, sua relação com setores do executivo e o atendimento à população? Como um sentimento de *obligatoriedade* a “função” de atendimento pode estar interseccionada à fiscalização?

2.1. LEGISLAR, ASSESSORAR, FISCALIZAR E ATENDER

Vereadores municipais são constantemente associados àqueles que elaboram leis. Porém, no caso da minha pesquisa, o político que acompanho não privilegia essa função, por considerá-la menos importante à medida que vereadores não podem criar leis onerosas ao município e projetos não onerosos como escolher *nome de rua* são irrelevantes para a cidade. Outro problema que desestimula o parlamentar a ocupar espaço do seu cotidiano com funções legislativas é sua relação de oposição na Câmara. Em seu primeiro ano de mandato o vereador percebeu que projetos relevantes para o município poderiam ser rejeitados pelos demais vereadores em apoio ao executivo. Esses dois fatos são constatados quando se analisam os 16 meses de mandato. Nesse período foram solicitados pelo vereador apenas um decreto (dando título de cidadão honorário), uma lei ordinária (concedendo nome a logradouro) e quatro projetos de leis ordinárias. De todos os projetos de leis o que o vereador considerava mais importante foi recusado, pois justamente na visão da base do governo na câmara o projeto era desfavorável à atual gestão. Foi esse fato, ainda nas primeiras sessões, que o desestimulou a continuar elaborando outros projetos.

Sobre sua função de legislador não há muito mais o que se dizer, contudo quando tratamos de fiscalização, assessoria e relação com setores do executivo, e atendimento à população os números são diferentes, mas não é necessário nem mesmo dados quantitativos para se provar isso. Grande parte do cotidiano do gabinete é voltada a elaboração de requerimentos, indicações e atendimento à população.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os vereadores exercem suas funções de legislar, fiscalizar e assessorar mediante as proposições já mencionadas, por exemplo, respectivamente projetos de leis, requerimentos e indicações⁶⁷. Algumas demandas que se refere ao poder executivo chegam ao gabinete atrás de ligações ou visitas. Após a assessoria verificar a veracidade da “denúncia”. Eles se responsabilizam pela redação das proposições (sob orientação do parlamentar). Uma vez aprovados os textos pelo vereador eles são protocolados e encaminhados para votação na sessão da Câmara. Por conta de cordialidades existentes entre os vereadores não há dificuldades na aprovação dos pedidos (todas essas proposições que são ligadas a indicação e requerimento são sempre aprovados de forma unanime independentemente do vereador que a solicita). Os maiores empecilhos acontecem com o poder executivo. As indicações (utilizadas para assessorar o executivo sobre determinadas demandas), por exemplo, diferente do que acontece com os vereadores da base, são recebidas pela prefeitura ou secretarias e na sua grande maioria não são atendidas.

Quando se trata de requerimento, proposição utilizada corriqueiramente por *R* para fiscalizar o poder executivo⁶⁸, o tramete é um pouco diferente. No caso de requerimento a prefeitura é obrigada regimentalmente a responder. No entanto, há uma grande demora nas respostas enviadas pela prefeitura em razão dos constantes pedidos de *vistas*⁶⁹. E quando as respostas chegam, elas dizem pouco sobre o que foi questionado. Uma estratégia comum, aprendida ainda no primeiro ano de mandato, é requerer informação mesmo que o assunto trata-se de indicação (neste caso há uma pequena alteração na redação do documento dando a ele um caráter de requerimento), pois ao menos o mandato saberá as providências que deverá ser tomada mediante as respostas da prefeitura.

Mas de todo o tempo gasto o que mais chama a atenção é o atendimento à população, pois, como já mencionado, atender não constitui uma função formal. No entanto ao descrever suas atividades que considera funções de um vereador, *R* apontou

⁶⁷ A moção é uma proposição na qual os vereadores expressão seu repúdio, apelo, apoio, pesar ou congratula algum cidadão pelos serviços prestados a cidade. Ou seja, esse é um dos mecanismos que os políticos têm para homenagear os cidadãos (além dos decretos), isso fica mais claro na leitura da tese de Pinto (2013).

⁶⁸ A leitura diária do Diário Oficial também auxilia o vereador na fiscalização, no *Diário* encontra-se tudo aquilo que foi feito no expediente municipal: Leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral. Atos de interesse dos servidores da Administração Pública Federal. Contratos, editais, avisos ineditoriais. Balanços financeiros das secretarias e empresas públicas. Resultados, convocação ou abertura de concursos públicos. E Licitações, entre outros assuntos.

⁶⁹ Encontra-se no Regimento Interno, é um direito do poder executivo pedir mais prazo para responder a solicitação enviada pelo Legislativo.

para os dispositivos legais destacando o atendimento à *população* como uma função tão importante quanto às contidas no Regimento Interno da Câmara. Discorrerei sobre esse ponto de forma mais detalhada no próximo item.

2.1.1. O ATENDIMENTO

A população frequentemente procura o gabinete pedindo apoio, pessoal ou coletivo. Esses apoios constituem-se em muitos casos pedidos através de emendas parlamentares. Acesso (a informações, a pessoas e a coisas) ou pedido de soluções de problemas que o vereador, em sua posição, dispõe. E há aqueles que querem ajudas consideradas simples, em que o vereador não é sequer mencionado. No atendimento eu percebi certa simetria entre os casos e vi, mas de forma ainda preliminar, que o contato com a população relaciona-se ao seu papel de fiscalização e que o atendimento acontece por um sentimento de *obrigação* do parlamentar.

No caso de emenda é necessário um ofício e uma reunião agendada com o parlamentar na qual o solicitante discorre sobre a importância do projeto e pergunta formalmente se é possível à contribuição do vereador. Em alguns casos a resposta vem de imediato. Em outras situações há a necessidade de um estudo melhor sobre a distribuição do dinheiro e do valor pedido. Neste segundo ano⁷⁰ o vereador optou até o momento em ajudar filantropia⁷¹ e assuntos relacionados à educação⁷².

No segundo “tipo” de atendimento não há necessidade da presença do vereador⁷³, porque não se trata de assuntos que precisa de seus acessos ou do seu conhecimento de termos jurídicos. É o caso, por exemplo, de elaboração de currículo, cópia de documentos, e informações referentes a obrigações do poder executivo. Nos casos em que se fala do vereador, a relação entre o político e a pessoa vem de pedido feito anteriormente muitas vezes relacionado ao terceiro tipo de atendimento.

Embora o vereador não possa por si só resolver o caso de todas as pessoas que o procura é inegável que ser vereador dá “acessos que não têm preço” para usar os termos de Kuschnir (2000b), ou seja, seu trabalho como parlamentar possibilita uma relação

⁷⁰ O número de vereadores mudou com a Emenda Constitucional nº 58, de 2009 que estabeleceu novo número de vereadores. Passando de 15 para 21 vereadores, na votação do orçamento para o ano de 2013, os 15 vereadores estabeleceram as emendas levando em consideração apenas 15 vereadores. Deixando seis vereadores no ano de 2013 sem emenda parlamentar, um deles foi R.

⁷¹ Por exemplo, casas de apoio a crianças e idosos.

⁷² Em sua maioria os valores foram destinados a compra de material de construção e de consumo, além de brinquedos.

⁷³ Não significa que o vereador não fique ciente de tais pedidos. Em alguns desses casos quando trata-se de algo específico, a presença do vereador é necessária.

mais próxima com algumas secretarias do que propriamente as pessoas que necessitam desses serviços. É em decorrência desses acessos que as pessoas o procuram. Dúvidas em relação à distribuição de medicamentos, cestas básicas, lista de espera em vagas em escolas e creches, cirurgias e exames, entre outros serviços prestados pela prefeitura são comuns. Mas é importante frisar que nem todo o acesso é decorrente do mandato parlamentar, muitos o procuram por conhecê-lo do cargo que tinha na Secretaria de Educação trabalhando como diretor.

É obvio para o vereador que seu trabalho na Secretaria atrai pessoas ao gabinete pedindo, por exemplo, vagas em escolas e transporte escolar para área rural. No entanto é interessante notar que há ao menos outros dois vereadores com essa mesma *bandeira*. Vereadores, aliás, da base aliada do executivo. Porque ir a ele? Uma primeira resposta pode estar relacionada ao fato de que uma grande parte que o procura no gabinete já o conhecia da Secretaria da Educação. Já a outra parcela que não o conhecia, passou a conhecê-lo depois do seu trabalho como vereador, mais especificamente através de suas denúncias (fiscalização). Digo isso explicando por meio de um dos *casos* atendidos recentemente: *Ro* foi ao gabinete com sua mãe pedir ajuda na solução de seu problema com transporte escolar que parou de passar na zona rural na atual gestão municipal, impossibilitando sua ida à universidade. Essa pessoa me contou que votou em candidatos do atual governo e que se decepcionou em relação a ele. Já o vereador que acompanho vem demonstrando, para ela, um bom trabalho. Assim como em muitos *casos* parecidos com os de *Ro*, o vereador tenta resolve-los ainda com a pessoa em seu gabinete, frequentemente o vereador liga para quem puder ajuda-lo. No caso de *Ro*, não foi possível resolve-lo na hora⁷⁴, ainda assim ela demonstrou sair satisfeita do atendimento.

É claro que não dá para desenvolver melhor os motivos que fazem as pessoas procura-lo, pois minha pesquisa está relacionada às impressões do político em relação à população e não o contrário. Outro ponto que impossibilita o desenvolvimento dessa questão diz respeito ao fato de eu estar do outro lado da mesa (ao lado dos assessores e por tanto “com eles”) causando estranheza em relação a minha curiosidade em questioná-los sobre as eleições de 2012 e porque procuraram este e não outro vereador⁷⁵.

⁷⁴ Para solucionar-lo o responsável solicitou que o vereador enviasse um pedido formal ao prefeito.

⁷⁵ Na ocasião que *Ro* me falou sobre sua situação, ela não sabia da minha situação no gabinete.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apesar de não ter certeza sobre os motivos que levam essa parcela da população a procura-lo, o vereador compartilha da mesma suspeita que a minha, para ele é um fato que a fiscalização tem sido o grande propulsor do seu mandato (ao menos para imprensa e para o próprio vereador). Nos últimos meses, por exemplo, foram feitas duas grandes denúncias de licitações irregulares, ambas relacionadas à educação. Para o parlamentar, foram essas acusações as responsáveis por trazer pessoas que não o conheciam até o gabinete para pedir orientação e ajuda.

Se observarmos o caso de *Ro* perceberemos que apesar dela não compor sua base eleitoral, seu pedido está relacionado a algo que faz parte da *bandeira* política do vereador. Assim como ela outras pessoas que procuram o gabinete demonstrando, em muitos casos, não conhecer o vereador. Em outro exemplo, um grupo de mulheres procurou o gabinete solicitando auxílio jurídico, muitas delas demonstravam que não votaram e que outras sequer conheciam seu trabalho. Apesar desse *caso* não estar diretamente relacionado à *suas bandeiras* o vereador não demonstrou menos importância ou deixou de auxiliá-las por essa razão. Para ele, se aparecem pessoas que não o conheciam pedindo ajuda isso é um sinal de que o mandato está ficando conhecido e para ele *é isso que importa*.

Assim como o vereador, seus assessores sabem que a maioria dos que os procuram não votou no mandato em 2012, no entanto o atendimento é feito, segundo *R*, de forma indiscriminada⁷⁶. No máximo o que ocorre é um cadastramento com nome, telefone e bairro que mora, isso apenas para dar retorno sobre a demanda levada pela pessoa. Não há, por exemplo, pedido de número do título de eleitor, prática, segundo o vereador, comum entre alguns dos seus *pares*.

O papel de fiscalizador ocupa muito do seu tempo, fazendo com que alguns atendimentos (nesse caso trata-se de todos os “tipos” de atendimentos) sejam feitos exclusivamente pelos assessores. Eles desempenham papel importante tanto no atendimento quanto no auxílio em questões burocráticas/mandato e pessoais/familiares. A questão da falta de atenção a algumas pessoas é discutida por um dos assessores que acha imprescindível o atendimento realizado pelo próprio vereador, não só em gabinete, mas também em bairros e visitas a *pessoas que votaram com a gente*. Dar atenção para quem votou *com a gente* é fundamental para um dos assessores que indaga vez ou outra a falta de compromisso em não visitar essas pessoas.

⁷⁶ A “fama” de ser um *vereador que atende todo mundo* chegou à portaria da câmara, fazendo com que os porteiros orientem as pessoas que chegam sem rumo certo ao gabinete do vereador.

Apesar de haver conflito de opiniões referentes ao atendimento, tanto o vereador, quanto seus assessores acreditam que é necessário atender todos que o procuram por se tratar de uma *obrigação* de mandato de qualquer vereador. O parlamentar tem consciência de que muitas vezes deixa de fazer uma visita a quem *votou com a gente* para atender demandas de quem sequer o conhecia. Mas que mesmo sabendo disso, *precisa dar atenção* para quem o procura no gabinete.

3. CONCLUSÃO

O que foi descrito até aqui poderia fazer parte daquilo que alguns cientistas sociais chamaram de troca de favores. As análises de antropólogos e de cientistas políticos sobre esse conceito são distintas, basicamente para os primeiros a troca remete à lógica da economia dos bens simbólicos (“na troca há algo mais que coisas trocadas”, Lévi-Strauss. pp. 99). Já para os segundos essa troca de favores é pensada de forma mercadológica, uma espécie de “toma lá da cá” baseado na lógica do interesse material e individual que se explica por meio do conceito de “assistencialismo”.

As primeiras impressões de pesquisas nos levam a hipótese de que o atendimento é feito não com intenções distributivistas de troca de favores, como já mencionado esse tempo é mobilizado porque o político que acompanho compreende o atendimento como *obrigação*, é algo que está relacionado à sua função política. Aqui vale fazer uma contraposição ao modelo distributivista do neo-institucionalismo da ciência política. Nesse modelo os autores destacaram que para os políticos a reeleição está diretamente proporcional às políticas e benefícios oferecidos por eles aos **eleitores**. Transplantando o modelo distributivista para o caso do Brasil Joffre Neto (2003) destacou que parlamentares brasileiros não se percebem como legisladores. Sua auto-imagem mais frequente está relacionado à de “um padrinho, um intermediário de interesses particulares” (: p. 419). Segundo o autor, a razão da fraqueza e do papel clientelista e fisiológico desempenhado pelos vereadores é consequência da estrutura institucional que congregou poderes centralizados no executivo e dispersou o número de partidos em decorrência de eleições proporcionais de lista aberta (Caetano, 2005).

A diferença que vejo no caso estudado por Neto (2003) para o apresentado por mim constitui no interesse final do político quando atende. No caso apresentado, o político tem o fim último de se reeleger, por isso age de forma assistencialista. No caso etnografado, o político atende por acreditar que o contato com a população é *obrigação* parlamentar. Para ele, manter relações com empresas privadas possibilita muito mais

uma reeleição do que atender pessoas pobres como S⁷⁷. Pois, o vereador acredita que para a população esse não é um tempo (entre as eleições) em que elas pensam em política, sendo muitas vezes em vão (no sentido de se pensar em reeleição) o trabalho que faz durante o mandato. Tampouco os atendimentos são pensados por ele como “assistencialismo”, pois por se tratar de *obrigação* não há um sentimento de estar sendo “um padrinho, um intermediário de interesses particulares” (Neto. pp. 419). Ele acredita que por ser um parlamentar em uma esfera próxima da população é seu *dever* atender suas necessidades e auxilia-las.

Em meus primeiros dias em campo sentia uma grande dificuldade em compreender e de não pensar, por exemplo, as cordialidades existentes em plenária com vereadores de ideologias distintas como hipocrisia. Com o tempo tal sentimento foi sendo transformado. A princípio uma sessão pode parecer sem lógica, cheia de falsidades em relação às falas elogiosas entre e com os pares. Ou mesmo a falta de respeito que aparenta existir da parte dos vereadores em relação às regras contidas no Regimento Internas da Câmara dos Vereadores, na qual ao lê-lo achei que fosse algo mais rígido e formal. Com o tempo o confuso passou a ter sentido. Nada mudou. Apenas o costume àquela lógica que se transformou. Perceber os acordos de dentro me fez entender que as atitudes muitas vezes tidas como ilógicas e mesmo hipócritas de políticos na realidade tem uma lógica e sentido próprio. Mesmo já tendo tido contato com a rica literatura do Núcleo de Antropologia da Política vivenciar a política e ver como ela funciona faz com que a compreensão vá além daquilo que é considerado regra e desvio ou daquilo que é considerado propriamente política.

O ato de atender a população foi e ainda é estudada por cientistas sociais como um desvio à regra. Estados periféricos e marginais desenvolveriam práticas também periféricas e marginais em relação a Estados modernos mais bem “terminados”. Essas análises procuram identificar os desvios do ideal de Estado de democracia, isto é, elas definem o que deve ser e conseqüentemente o que não deve ser o Estado. Elas são, portanto, análises normativas que acabam por impedir que se percebam as relações sociais que ocorrem.

O Clientelismo é um problema para essas análises, porque do ponto de vista democrático, ele opera sob o princípio de troca de favores. O eleitor escolhe o político

⁷⁷ Destaco que S é mulher, negra e moradora de bairro periférico. É frequentadora assídua, desde os primeiros meses do mandato. Sua maior demanda está relacionada à falta de medicamentos na rede pública e o pedido de informações sobre a distribuição dos remédios.

que irá votar por meio de uma relação de patrão (aquele de dispõe de recursos e acessos) e cliente (o eleitor que precisa desses recursos e acessos). Dizendo de outra maneira, é como se o Estado falhasse na separação daquilo que é privado e público. Indo mais a fundo, e criticando estes teóricos, Pinto (2013) questiona a separação e a definição do que a esfera política e doméstica.

Quando apresentei a relação do vereador com a população não era minha intenção fazer julgamentos de valor referente à maneira que deveria agir politicamente. Não é porque ajudar a população não se encontra como função parlamentar que este ato deva ser analisado como ilegal e desviante ou mesmo ser colocado na chave da “bondade”. Devemos perceber que na realidade há uma “mistura” entre o privado e o público, tentar separa-lo impede que percebamos as relações existentes. Quis aqui analisar como o vereador compreende a política, mais do que isso: o que é política para ele. Mais importante do que entender a regra é entender como os agentes sociais agem em relação a elas, porque são as práticas que efetivamente agem e transformam o mundo. Ademais falar dessa maneira coloca a população em uma relação de passividade como se ela estivesse à revelia dos políticos. Como Villela (2011) demonstrou o voto para os sertanejos é um instrumento de poder e não um mero instrumento econômico ou mercadológico. E por fim mesmo se observarmos a própria parte “legal” do trabalho parlamentar percebemos que ela é “barrada” pela ação dos agentes. Ela funciona como eles acham que ela deveria funcionar e não baseadas na normatividade das regras.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das “bases”*. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- CAETANO, Bruno. 2005. “Executivo e legislativo na esfera local”. *Novos Estudos*, nº 71, março. pp. 101-125.
- HEREDIA, Beatriz. 2002. “Entre duas eleições: Relação político-eleitor”. In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil?*. 1ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará. pp. 17-38.
- KUSCHNIR, Karina. 2000a. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.
- _____. 2000b. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- PINTO, Danilo César Souza. 2013. *Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado*. Tese de Doutorado, UFSCar-PPGAS.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. “O principio da reciprocidade”. In: *As estruturas elementares do parentesco*, 2. Ed., Petrópolis, Vozes, pp. 92-107.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2011. Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O Voto como forma de luta e mecanismo de inibição. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 3, p. 10-29